



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO N° _____. DE 2016

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para discutir a atuação das Forças de Segurança durante as manifestações, bem como a realização de diligências nos Estados da Federação para apurar denúncias de violações de direitos humanos decorrentes de repressão policial.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, com base nos art. 24, inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para discutir a atuação das Forças de Segurança durante as manifestações, bem como a realização de diligências nos Estados da Federação para apurar denúncias de violações de direitos humanos decorrentes de repressão policial. Solicito sejam convidados/as para compor os dispositivos da audiência e diligência, sem prejuízo de que outros/as participantes sejam incluídos/as:

- I) Representante do **GRUPO TORTURA NUNCA MAIS**;
- II) Dra. **DEBORAH DUPRAT** - Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal;
- III) **DEBORAH FABRI**, estudante da Universidade Federal do ABC;
- IV) Representante da **FRENTE Povo SEM MEDO**;
- V) Representante da **FRENTE BRASIL POPULAR**; e
- VI) **IGNÁCIO CANO**, doutor em sociologia.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, manifestações tomaram as ruas de diversas cidades do País, reabrindo o necessário debate sobre os deveres e direitos de manifestantes e os limites impostos pelo Estado Democrático de Direito para a ação das forças de segurança pública.

Em São Paulo, por exemplo, bombas de efeito moral, jatos de água e balas de borracha foram fartamente usadas para reprimir e dispersar manifestantes por cinco dias seguidos em atos na Zona Oeste. Fotógrafos e jornalistas ficaram feridos, e uma estudante da Universidade Federal do ABC, Deborah Fabri, que integra o movimento Levante Popular da Juventude, perdeu a visão do olho esquerdo após ser atingida por estilhaços de bomba.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal, encaminhou no dia 6 de setembro aos governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro ofício no qual informa a abertura de procedimento administrativo para averiguar denúncias de violações de direitos humanos por parte de órgãos de segurança pública durante protestos realizados recentemente nos dois estados.

O documento também destaca que integrantes do Ministério Público Federal coletarão informações, imagens e áudios das próximas manifestações e da conduta das forças policiais durante os protestos. O objetivo é analisar se a atuação do poder público atende aos parâmetros nacionais e internacionais de uso moderado e proporcional da força pelo Estado, bem como se estão sendo observadas as normas do devido processo legal pela polícia judiciária.

A abertura do procedimento atende representações encaminhadas à PFDC pelo Grupo Tortura Nunca Mais e pelo Sindicato dos Advogados de São Paulo, nas quais relatam supostas violações de direitos no contexto de manifestações em vias públicas.

Diante da necessidade de discutir e problematizar a questão em tela, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em ____ de _____ de 2016.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**